



**LIVROS DE MAIS, EDITORES DE MENOS!
OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DO SURGIMENTO DOS
GRANDES CONGLOMERADOS EDITORIAIS NO TRABALHO DO EDITOR**

Luciana Félix Macedo¹

Resumo

A partir do referencial teórico e metodológico da história do livro (Chartier e Bragança); da ergologia, abordagem multidisciplinar que estuda as situações de trabalho como atividades singulares nas quais o sujeito se manifesta por inteiro, tendo Yves Schwartz como destaque; da análise do discurso (Bakhtin); e dos estudos de linguagem como prática linguageira (Nouroudine e Boutet), estudaremos as relações entre comunicação e trabalho do editor de livros, buscando entender como ele influencia, gerir e ressignifica as mudanças impostas pelos novos modos de produção e pelas tecnologias da informação e comunicação, entre as quais o livro digital se destaca.

Palavras-chave: Editor. História do Livro. Livro digital. Ergologia. Análise do discurso.

Introdução

O editor de livros assumiu as funções de um executivo. As estratégias e aptidões exigidas desse novo perfil de trabalho confundem-se com as de qualquer setor industrial: preservação de altos lucros em uma lógica na qual os números são mais importantes que a publicação dos melhores conteúdos e uma cobrança crescente por maiores resultados com equipes mais enxutas e polivalentes. Aquele editor reconhecido por imprimir uma visão política ao seu catálogo, mantendo o equilíbrio entre objetivos econômicos e culturais, estaria em crise de identidade. Seu lugar de atuação são os grandes conglomerados editoriais, resultado do movimento de fusões e aquisições iniciado em meados de século 20, fenômeno ao qual Chartier (1998) chama de “capitalismo editorial”.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – PPGCOM, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA/USP. E-mail: lucianafelix@usp.br.

A esse cenário juntam-se o livro digital e a Web, amplificadores da atuação do leitor como produtor, autor e editor de conteúdos e informações, questionando a tradicional mediação do editor entre o autor e a sociedade.

Essas são algumas das questões que norteiam o projeto de pesquisa provisoriamente intitulado *Livros demais, editores de menos!* e que tem como objeto de estudo o trabalho do editor, sua linguagem e as três modalidades resultantes dessa relação – a “linguagem *sobre* o trabalho”, a “linguagem *no* trabalho” e a “linguagem *como* trabalho” –, que serão detalhadas mais adiante.

Para entender os caminhos trilhados por este profissional até os dias hoje, iniciaremos pela contextualização das funções de editor ao longo da história, tendo como referência a tipologia estudada por Bragança na tese *Eros Pedagógico* (2001): Impressor-editor (de 1450 a 1550); Livreiro-editor (1550 a 1850); Empresário-editor (1850 a 1950); e Executivo-editor (a partir da segunda metade do século 20).

Editor e livro (sujeito e objeto)

O livro passou por três grandes revoluções desde o seu surgimento. A primeira em 200 d.C. quando o formato mais portátil para a época passou do *volumen* (ou rolo) para o códice (ou códex) o nosso tradicional encadernado, o que possibilitou a noção de integralidade da obra, a comparação de trechos em diferentes partes do livro e o desenvolvimento de um sistema de organização com páginas, sumário e índice. Até esse período, a forma de produção dos livros era manuscrita e o editor era a pessoa responsável por garantir a cópia fiel aos originais.

Em 1450, o livro passa por sua segunda revolução, com a invenção da prensa de tipos moveis por Gutenberg. Uma mudança que alterou a relação das pessoas com o livro no que diz respeito ao acesso. A produção passou a ser mecânica, e portanto mais rápida, permitindo uma maior disseminação do conhecimento. A leitura migrou de intensiva (poucos livros para serem lidos, relidos, memorizados e recitados) a extensiva (mais rápida para dar conta da maior diversidade de textos). Nesse momento, o editor era o impressor, o dono da oficina tipográfica.

Cerca de um século depois, em 1550, o editor assume a função de livreiro, com todo o traquejo comercial de um bom vendedor, perfil que perdura por 300 anos, quando,

em 1850, surge o empresário-editor. Essa nova função coincide com o nascimento e valorização dos direitos autorais. Seu centro é o autor, o original. Seu lugar é o escritório. Conhece o mercado, os processos de produção, as técnicas mercadológicas, mas não precisa ter uma gráfica ou uma livraria, apenas estabelecer boas relações com seus clientes e fornecedores. Tem sólida formação intelectual e condições para criar uma política editorial e estabelecer as linhas de atuação para realizá-la. É movido por objetivos ao mesmo tempo econômicos e culturais.

Esse perfil entra em crise com o que Roger Chartier (1998) chama de capitalismo editorial, marcado pelo surgimento dos grandes conglomerados de comunicação em um movimento de fusões e aquisições iniciado na segunda metade do século 20 e que continua forte. No final de 2012, por exemplo, a Pearson, grupo britânico de educação e editoração (também dona do *Financial Times*), uniu sua divisão de livros Penguin à Random House, da alemã Bertelsman, dando origem ao maior grupo editorial do mundo, superando a News Corp, de Rupert Murdoch. E aqui no Brasil, a Penguin detém 45% da Companhia das Letras.

Integram-se a esse cenário as novas tecnologias da informação e comunicação, entre as quais o *e-book* se destaca e se configura como a maior revolução da história do livro. De acordo com Chartier, “o livro digital fez ocorrer simultaneamente três mutações que nunca antes haviam se dado em conjunto: mudanças nas formas de registro de um texto, nas técnicas de reprodução e nas práticas de leitura” (2012, p. 162).

Norteados pelo referencial teórico e metodológico da história do livro e da edição (dos quais Chartier, Darnton e Bragança são as principais referências); da ergologia, abordagem multidisciplinar que estuda as situações de trabalho como atividades singulares nas quais o sujeito se manifesta por inteiro, tendo Yves Schwartz como destaque; da análise do discurso – Bakhtin; e dos estudos de linguagem como prática linguageira (Nouroudine e Boutet), nossa proposta é estudar o mundo do trabalho do editor de livros, buscando entender não só os impactos das mudanças tecnológicas, econômicas e nos modos de produção em seu cotidiano, mas como ele as influencia, geri e ressignifica.

Uma análise ergológica do trabalho de editor

A Ergologia é uma abordagem multidisciplinar que estuda as situações de trabalho, buscando entendê-las como *atividades* singulares nas quais o sujeito (*corpo-si*) se manifesta por inteiro. De acordo com Yves Schwartz, professor da Universidade de Provence, um dos fundadores e principal teórico do tema, a ergologia não se propõe como uma disciplina, mas como uma epistemologia que atravessa diversas áreas do conhecimento para confrontar situações reais de trabalho: as normas e as prescrições que definem como as tarefas devem ser realizadas e o trabalho real, a re-normalização, o modo singular e inédito de cada trabalhador no momento de colocá-las em prática.

De acordo com Schwartz e Durrive (2010), a abordagem ergológica prioriza o estudo das situações de trabalho a partir da dialética entre os saberes instituídos (norma, prescrição) e os saberes da experiência (inédito da atividade concreta). Nessa perspectiva, a atividade humana guarda sempre algo de inédito, criativo, capaz de renormalizar a norma, fazendo avançar o conhecimento. (Figaro, 2010, p. 99).

“Corpo-si” é o sujeito da ergologia. Além de sociológico, histórico e filosófico é também biológico e físico. Físico no sentido histórico, porque o homem traz em seu corpo a memória das mudanças culturais promovidas pelas gerações anteriores.

Entendemos o “corpo-si” como um sujeito em atividade de trabalho. Mas, afinal, o que é trabalho? Uma tarefa realizada em troca de remuneração em uma sociedade regida por leis seria uma definição possível, mas restrita. Figaro (2008b, p. 117) explica que Marx propôs uma compreensão da história a partir do desenvolvimento dos meios de produção, ou seja, uma análise materialista da história. Dessa forma, o conceito de trabalho transcende a definição que o enquadra como relação de troca remunerada, regida pelo Direito, numa sociedade de mercado.

‘Atividade’ é outro conceito-chave e traz consigo toda uma tradição: vem da psicologia soviética, em que Vigotski e Leontiev são as referências, passou antes por Marx que, por sua vez, retrabalhou a herança de Hegel e Kant. Em sua apresentação para a obra *A ideologia alemã*, Emir Sader explica que o homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições de sua sobrevivência, a transforma.

Embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se de trabalho alienado. (MARX e ENGELS, 2007, p. 14)

O antídoto para essa alienação é o reconhecimento da atividade real. Para isso, a ergologia defende “o ponto de vista da atividade de mulheres e homens que trabalham”, uma postura de inclusão do trabalhador na busca de soluções e tomada de decisões que afetarão o seu dia a dia.

O desafio de falar sobre o próprio trabalho

O ponto de vista do trabalho exige que o trabalhador fale sobre a sua atividade, os seus modos de fazer e de atuar no dia a dia profissional. Falar sobre a própria atividade não é uma tarefa simples, mas é muito importante para se trazer à consciência questões internas, enigmáticas e reveladoras do trabalho real. Reveladoras para o próprio trabalhador, que muitas vezes acredita que o trabalho é realizado de uma forma, mas nesse processo descobre um ineditismo, um modo de fazer que ele próprio desconhecia e desenvolve, conseqüentemente, uma postura mais crítica.

Destacamos a importância da fala do trabalhador, pois essa criação/recriação se dá pela linguagem, aprendizado e experiência adquiridos na sociedade e em suas instituições. Ao se inserir socialmente, o homem não aprende apenas a falar, mas também a pensar. Segundo Vigotski (1974), o papel da linguagem no processo de comunicação é ativo: é expressão, é atividade, é comunicação.

Pelos discursos do cotidiano (e conseqüentemente pelos discursos circulantes no mundo do trabalho), adquirimos, como receptores, novos significados e valores, constituindo assim a nossa subjetividade. Baccega (1995, p. 22) explica que essa subjetividade é resultado da polifonia, das muitas vozes sociais que cada indivíduo recebe e tem condição de reproduzir (paciente) e/ou reelaborar (agente). “Portador de uma subjetividade plural, o indivíduo tem condições de reelaborar, de inovar os discursos da sociedade, que são muitos, produzindo outros muitos discursos. (...) É nessa condição de paciente/agente que nos leva a designá-lo indivíduo/sujeito.”

A linguagem é importante tanto para o entendimento da atividade humana quanto para o que se esconde por trás dos discursos, especialmente os das empresas. Figaro (2008a, p. 29)

explica que a retórica e a persuasão, ensinamentos antigos atualizados pelas práticas profissionais no campo dos discursos e da comunicação, hoje são ferramentas de trabalho incorporadas às rotinas produtivas, não somente das lógicas do processo de produção dos produtos culturais veiculados pela mídia, mas fazendo parte de qualquer processo produtivo. E ao se introduzir novos vocabulários, como “colaborador”, “cliente”, “competência”, “missão”, “equipe”, “reestruturação” etc., ou excluir outros, como “funcionário”, “demissão” e “desemprego”, nota-se um claro esforço para se alterar as bases ideológicas de significados das práticas sociais concretas que se exercem no cotidiano de trabalho. “O que se faz de fato introduzindo esse vocabulário? Desestabiliza-se um meio de valores para se introduzir outros que desestruturam e confundem as relações que se dão no lugar de trabalho. Insinua-se uma promessa que não se pode cumprir.” (Figaro, 2010, p. 123)

Os dados coletados durante a pesquisa de campo serão analisados de acordo com a abordagem que configura a relação trabalho e linguagem em três modalidades: “linguagem *como* trabalho” (falas para si e para o outro, centradas nos desafios da realização do trabalho); “a linguagem *sobre* o trabalho” (fala do trabalhador em entrevistas ou grupos de discussão, por exemplo); e, a “linguagem *no* trabalho” (falas sobre assuntos não diretamente ligados à atividade, como conversas cotidianas).

Os discursos dos editores: linguagem *como* trabalho

A linguagem como atividade são as falas dirigidas para si e para o outro, necessárias para a realização do trabalho e para a existência da identidade pessoal dentro e pelo grupo, sobretudo através do tempo. “Essas falas no trabalho são estratégicas, visto serem voltadas para um objetivo” (Nouroudine, 2002, p. 19).

De acordo com Lacoste (1998), os comentários dos trabalhadores sobre o seu trabalho tradicionalmente se constituíam como principal material de análise. E a noção de “fala no trabalho” chamava a atenção para uma realidade há muito negligenciada: o papel da linguagem na própria constituição da atividade. “Tomada como parte constituinte da situação, a fala iniciava sua entrada na análise do trabalho. Mudança de problemática, e também de método: não se tratava mais de suscitar as falas, mas sim de *observar* as que se produzem naturalmente” (in Duarte e Feitosa, 1998, p. 15, grifo nosso). “Abrir um espaço para a ‘fala

como trabalho' era reconhecer que a atividade verbal, longe de ser supérflua ou mero anexo pode constituir-se em si mesma o essencial da tarefa" (idem).

Na linguagem como trabalho também estão incluídos não só as falas ou gestos dirigidos a um grupo envolvido na execução de uma atividade, mas as orientadas a si mesmo e o "mínimo dialógico", ao qual se refere Bakhtin: expressão de um pensamento ou julgamento no fazer da atividade sem a externalização por palavras. "Esse diálogo reflexivo e silencioso revela a presença de uma linguagem operante, mas oculta na complexa e enigmática interseção do pensamento e do gesto" (idem).

Este será um dos principais desafios da pesquisa, pois o trabalho do editor envolve um conjunto de tarefas abstratas. Por que um livro foi selecionado? Como surgiu a ideia de uma determinada capa, por exemplo? Por que ela foi escolhida em detrimento de outra? Quais critérios, saberes e valores orientam o trabalho com o texto? Como esse editor lida com as pressões que o obriga a terceirizar a essência da sua atividade, como a leitura, a análise e a tomada de decisão sobre a qualidade ou não dos originais que recebe? De acordo com Nouroudine (2002, p. 20), "falar do trabalho que se executa em silêncio significa expor o esforço de verbalização *a posteriori* a aproximações inevitáveis que são os reflexos da aproximação no desenrolar de toda a experiência."

Linguagem sobre o trabalho

As falas dos editores sobre o trabalho, em uma primeira análise, parecem ser a forma mais simples de ser capturada, principalmente no nosso caso em que não é possível gravar ou filmar as situações de trabalho no momento em que acontecem. Mas a abordagem e a análise do discurso desses trabalhadores, o que escondem e o que revelam, exigem o conhecimento e entendimento do pesquisador do lugar de fala de cada um deles e quais mediações atuam no processo comunicativo do ambiente em que esses sujeitos estão inseridos: o contexto histórico, suas origens, formação, sob quais influências suas escolhas são tomadas e o perfil do grupo do qual faz parte. "O lugar atua fortemente na formação do seu ponto de vista, dando sentido às coisas do mundo" (Figaro, 2001, p. 163).

De acordo com Brandão, esse sujeito marcado pela historicidade não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado no contexto sócio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concretos.

É um sujeito interpelado pela ideologia, sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social. Não é único, mas divide o espaço de seu discurso com o outro, na medida em que, na atividade enunciativa, orienta, planeja, ajusta sua fala tendo em vista um interlocutor real, e também porque dialoga com a fala de outros sujeitos, de outros momentos históricos, em um nível interdiscursivo. (BRANDÃO, 2012, p. 26)

A linguagem é material ideológico de análise e objeto privilegiado de estudo na área da Comunicação, tendo em vista a constituição ou a aquisição de sentidos se dar, através da linguagem, no processo de interação social (Bakhtin, 1979, p. 36 e 37).

Nesse sentido, é interessante analisar o conceito de *editor* no cotidiano de trabalho e como a palavra se configura como um terreno de disputas entre os profissionais que desempenham a mesma função. Para uma parcela dos profissionais da empresa onde a pesquisa será realizada, o editor ideal conhece na prática (e não só na teoria) todas as etapas que envolvem a produção de um livro. Um dos editores da equipe, bastante crítico e descrente sobre até que ponto esse profissional com perfil mais executivo é realmente editor, se orgulha de ter começado a carreira na área como revisor. Ou seja, é alguém que conhece na prática, pelos “saberes da experiência” (uma das três propriedades intrínsecas à atividade de trabalho e também reveladora dos “valores” desse profissional, de primazia com a qualidade do conteúdo), todas as etapas essenciais para a formação de um “verdadeiro editor”, que, além do conhecimento de mercado, tem sólida formação intelectual e condições para conceber um projeto editorial, entende profundamente de língua portuguesa, editoração, papel e gráfica (e agora terá de entender também de tecnologias e livros digitais). Categoricamente, ele afirma: “quem não passou por esse processo, não é editor”.

É um exemplo de linguagem sobre o trabalho, ao mesmo tempo legitimadora do conceito de “empresário-editor”, reveladora da complexidade desse trabalho e uma “arena de disputas” (Bakhtin) entre os diferentes perfis de editores dentro de uma mesma empresa (o “executivo-editor”, para quem os números são o quesito mais importante, e o “empresário-editor”, responsável por uma linha editorial sólida e equilibrada entre interesses econômicos e culturais).

A linguagem não é usada apenas para transitar informações, mas, e sobretudo, para firmar interesses, estabelecer níveis de dominação, fazendo do mundo dos signos uma arena onde são travadas as mesmas batalhas encontradas no mundo dos homens (BACCEGA e CITELLI, 1989, p. 29)

Linguagem *no* trabalho

“A pessoa pode até não trabalhar direito, mas tem que dar bom dia”. A frase, dita por um dos editores do grupo pesquisado, revela que esse gestor, pelo menos em seu discurso (e naquele momento), valorizava o clima dentro da organização. O ritmo de trabalho é acelerado, há sobrecarga de tarefas, mas é um ambiente onde as pessoas atuam com certa autonomia para tomar decisões, têm flexibilidade de horários e liberdade para imprimir sua identidade no seu espaço de trabalho, seja pela decoração da própria mesa, seja pela permissão para realização de brincadeiras e confraternizações cotidianas (característica considerada positiva pela maioria). Nesse ambiente, a “linguagem no trabalho”, que assim como a “linguagem como trabalho” é atividade, não atua clandestinamente. Esta pode ser uma estratégia da própria empresa para ter acesso direto às informações não oficiais, divulgadas pela chamada “rádio-peão”, aparentemente inútil para a produtividade, mas essencial para o estabelecimento de relacionamentos que depois vão viabilizar tarefas que necessitem da colaboração ou da intervenção do outro.

Uma das funções da linguagem no trabalho é a função social, frequentemente ignorada pelos administradores e, às vezes, pelos pesquisadores, explica Boutet (2012, in Brait e Souza-e-Silva, p. 177). Utilizar um vocabulário próprio, inventado em tom de brincadeira, se dar apelidos, a rigor, não serve para nada no plano produtivo, mas permite, entretanto, a construção de “uma ligação social, um coletivo de trabalho.”

Segundo Boutet, a inventividade lexical dos trabalhadores, geradora de gozações, risos e brincadeiras, bastante comuns na editora pesquisada, procede a uma subversão cotidiana e difusa das normas organizacionais, como a hierarquia (embora aparentemente autorizada e legitimada pelo gestor mencionado na abertura deste subitem).

A importância dessas ocorrências, muitas vezes consideradas improdutivas no mundo corporativo, representam formas de apropriação subjetiva do trabalho, onde o sujeito (ou corpo-si) pode se colocar por inteiro, se reconhecer, se realizar e tomar consciência do que mais o torna o humano: sua linguagem e suas relações de comunicação e de trabalho.

Referências

BACCEGA, Maria A. e CITELLI, Adilson O. Retórica da Manipulação: os Sem-Terra nos jornais, in **Revista Comunicações e Artes**, São Paulo, ECA-USP, 1989, p. 29.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BOUTET, Josiane. Por uma análise do discurso multidimensional. In BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, M. Cecília. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

BRAGANÇA, Aníbal. **Eros pedagógico: a função editor e a função autor.** Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo/Escola de Comunicações e Artes, 2001.

BRANDÃO, Helena N. I – Conceitos e fundamentos. Enunciação e construção de sentido. In BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>>. Acesso: 26 jun. 2012.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger por DARNTON, Robert. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 159-177, jan./jun. 2012.

FIGARO, Roseli A. **Comunicação e trabalho.** Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

_____. **Relações de comunicação no mundo do trabalho.** São Paulo: AnnaBlume, 2008a.

_____. Atividade de comunicação e trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde.** Fiocruz, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2008b.

_____. Comunicação e trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção. **Mediaciones Sociales.** Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación, n. 4, primer semestre de 2009, Universidad Complutense de Madrid, p. 23-49

_____. Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica. **Revista USP,** São Paulo, n.86, p. 96-107, junho/agosto 2010.

_____. A abordagem ergológica e o mundo do trabalho dos comunicadores. **Trab. Educ. Saúde,** Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 285-297, 2011.

_____. (org.). **Comunicação e análise do discurso.** São Paulo, Contexto: 2012.

LACOSTE, Michèle. Fala, atividade e situação. In DUARTE, Francisco; FEITOSA, Vera. **Linguagem e trabalho.** Rio de Janeiro: Lucena, 1998.

MARX, K. **A ideologia alemã.** Textos escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA E SILVA, M. Cecília P., FAÏTA, Daniel (orgs.). **Linguagem e trabalho.** Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHIFFRIN, André. **O dinheiro e as palavras.** São Paulo: Bei, 2011.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana.** 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2010.

ZAID, Gabriel. **Livros demais!**. São Paulo: Summus, 2004.